



Resumo de Notícias

CANAL DE VOZ



SINTTEL-ES

Informativo do Sinttel-ES nº 824 www.sinttel-es.org.br 06/05/2016



Mais uma "reestruturação"

Relatório da reunião ocorrida dia 05/05 entre a Fenattel e a Oi



“ Estivemos nesta quinta-feira, 05/05, reunidos com a diretoria da empresa,

no Rio de Janeiro para cobrar uma posição oficial sobre o processo de reestruturação organizacional que já sabíamos está em curso, mas mantida em segredo pelos gestores.

A reunião se prolongou por todo o dia e começou com uma apresentação dos resultados da empresa em 2015, com ênfase nas dificuldades financeiras, exemplificadas no mega prejuízo de R\$ 5.3 bilhões e no rebaixamento das ações da empresa para um valor inferior a R\$ 1 na Bolsa de Valores, além de um endividamento na ordem de R\$ 55 bilhões. Em seguida, nos foram passadas as prioridades do Plano de Recuperação 2016-2018, cujos focos são **Convergência e Digitalização**, visando aumentar a base de clientes e a renegociação da enorme dívida junto aos bancos credores.

Já na parte da tarde, nos foi oficializado que um **processo de reestruturação organizacional** está em fase final de elaboração e que dentre vários outros cortes de custos, também haveria corte de pessoal.

Nós fizemos questão de ressaltar que a Fenattel e seus sindicatos filiados são contrários a qualquer processo de reestruturação que traga impacto negativo na empregabilidade e que esta forma simplista de resolver os problemas da empresa não poderia dar certo. Também fizemos questão de afirmar que os erros na gestão da companhia eram de responsabilidade única e exclusiva dos acionistas e de seus executivos. Eles é que levaram a Oi a esta situação precária com uma gestão equivocada, marcada por erros e mais erros. E que não podemos aceitar que os trabalhadores venham

a pagar pelos pecados que não são seus, muito pelo contrário, se a empresa ainda está de pé, isto se deve à dedicação e à qualidade de seus milhares de trabalhadores!

Após um acalorado debate e um breve intervalo, os dirigentes da empresa nos informaram que neste momento não tem como viabilizar a reestruturação organizacional sem a **redução no quadro de empregados (de 15% na média, mas variável de estado a estado)** e nos apresentaram uma proposta de **"condições excepcionais"** para a **dispensa de empregados** em função desta reorganização, a qual teria a validade para este mês de maio e compreenderia os empregados do grupo em todo o país (Oi S/A, Telemar Norte Leste, Brasil Telecom Multimídia e Oi Móvel):

1) **manutenção** da assistência médica por 4 meses; 2) **manutenção** do plano odontológico por 4 meses; 3) **extensão** do seguro de vida por 4 meses; 4) **extensão** do auxílio-creche por 3 meses e 5) **parcela** financeira de 0,20 salário por ano trabalhado, limitado a 4 salários.

Solicitamos um intervalo. Debates entre nós o que fazer neste cenário tão adverso e, mesmo com total contrariedade, entendemos por unanimidade que, como infelizmente não haveríamos de impedir as demissões, melhor seria fazer uma contraproposta, pois com isto estaríamos impondo um ônus à empresa e proporcionando uma condição superior à lei aos trabalhadores que venham a ser atingidos. Assim, nossa contraproposta foi a seguinte:

1) **manutenção** do atual acordo coletivo de trabalho até 31/12/2016 para todos os que venham a ser atingidos pela reestruturação (tiquete, creche, plano de saúde, plano odonto, aluguel de veículo); 2) **parcela financeira** de meio salário por ano trabalhado, limitado a dez salários).

Ao retornarmos e apresentarmos nossa proposta, foi a vez dos representantes da empresa pedirem um tempo e após retornarem, concordaram parcialmente com nossa ideia. **Toparam a extensão até o final do ano do auxílio-creche e do seguro. Aumentaram a extensão do plano de saúde para 6 meses. Com relação ao tiquete e ao carro alugado, concordaram em não efetuar o desconto do valor de maio e aumentaram o valor da parcela financeira para 0,25 por ano trabalhado limitado a 5 salários.**

Após mais diversas discussões, **voltamos a insistir na nossa proposta anterior e já entrando pela noite, os dirigentes da Oi nos informaram que devido a situação da companhia não haveria possibilidade de atender na totalidade o pleito da Fenattel e dos sindicatos e nos formalizaram uma proposta limite para o chamado "Plano de Proteção Social":**

1) **vigência** neste mês de maio; 2) **assistência** médica/hospitalar/odonto por 6 meses além do que já existe no acordo coletivo de trabalho; 3) **manutenção** do seguro de vida e do auxílio-creche até 31/12/2016; 4) **parcela financeira** de 0,30 salários por ano trabalhado com limite de 6 salários, além das condições existentes no acordo coletivo de trabalho; 5) **será garantido** o pagamento do aluguel do veículo no mês de maio; 6) **será garantido** o pagamento do tiquete refeição/alimentação no mês de maio; 7) **os trabalhadores** que vierem a ser demitidos farão parte de um cadastro e participarão de processos futuros de seleção na própria Oi ou em suas coligadas/parceiras.

Comissão Nacional de Negociação Fenattel X Oi (Alessandro Torres, Áurea Barrence, Delson Ribeiro, Lauro Siqueira, Luis Antônio Souza, Marcelo Beltrão, Pedro Rosas e Tina Santana)



Resumo de Notícias

05/05/2016 - Telesintese

Decreto que regulamenta Marco Civil prevê fiscalização “tripartite”

Anatel, Senacon e Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência terão atribuições. Texto proíbe priorização de pacotes para fins unicamente comerciais ou de serviços oferecidos pelas operadoras, mas não deixa claro se zero-rating com oferta de uso de aplicativos de terceiros fica liberado. Veja o texto completo enviado pelo Ministério da Justiça à Presidência.

O decreto que regulamentará o Marco Civil da Internet já está pronto. O novo texto, elaborado pelo Ministério da Justiça após uma série de consultas públicas, teria sido enviado ontem à Presidência da República. A redação procura endereçar as exceções à neutralidade de rede, atribui responsabilidades de guarda de dados e de fiscalização das empresas que fornecem o acesso à internet no país. A solução da pasta foi dividir o poder fiscalizador entre Anatel, MJ e Cade, cada um dentro de sua alçada – telecom, consumidor e ordem econômica.

Gerenciamento de rede

Pelo texto mais recente da minuta, as operadoras podem gerenciar o tráfego na rede restringindo a circulação de mensagens em massa (spam), ou para lidar com situações “excepcionais” de congestionamento de redes, como “redistribuição de carga, rotas alternativas em casos de interrupções da rota principal e gerenciamento em situações de emergência”. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deverá fiscalizar e apurar as infrações, com base em diretrizes do Comitê Gestor da Internet (CGI.br). As empresas também podem gerenciar as redes com o objetivo de preservar a “estabilidade, segurança e funcionalidade”, segundo parâmetro regulatórios da Anatel e diretrizes do CGI.br.

As operadoras deverão trazer nos contratos e divulgar claramente informações sobre suas práticas de gerenciamento de rede. Deverão descrever que práticas adotam, como isso afeta a qualidade dos serviços e justificar porque



precisam realizar tais práticas. A priorização de tráfego só será permitida a serviços de emergência, e de forma gratuita.

Fiscalização

O decreto prevê quatro entes fiscalizando a aplicação das regras do regulamento. A Anatel faria a regulação, a fiscalização e a apuração de infrações conforme a LGT. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, fará também fiscalização e apuração de infrações, sob a ótica do consumidor. As infrações à ordem econômica ficarão a cargo do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. E órgãos e entidades da administração pública deverão atuar considerando as diretrizes do CGI.br.

Zero-rating

O texto proíbe “condutas unilaterais”, ou seja, alterações nos contratos com o consumidor, que introduzam a priorização de pacotes de dados para fins unicamente comerciais ou que privilegiem aplicações da própria operadora. Abre, no entanto, margem para questionamento ao não deixar claro se acordo entre operadoras e terceiros ficam isentos – o que manteria ofertas de acesso ao WhatsApp e Facebook pelas celulares, por exemplo. A artigo proíbe, ainda, acordos que “comprometam o caráter público e irrestrito à internet”. Presente no artigo 9º do texto, essa redação pode indicar que as empresas não poderiam oferecer planos com oferta de acesso a apps sem desconto na franquia.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/decreto-que-regulamenta-marco-civil/>



Resumo de Notícias

05/05/2016 - Telesíntese

Algar registra crescimento de 15,8% do EBITDA

A receita líquida do grupo cresceu 5,5%, ara R\$ 606,7 milhões. O lucro líquido ficou 3,1% mais alto, atingindo R\$ 30,1 milhões.

A Algar Telecom divulgou hoje, 05, os resultados financeiros para o primeiro trimestre do ano. A operadora mineira registrou crescimento de 5,7% na receita bruta, que ficou em R\$ 787,1 milhões. A unidade de negócio Telecom cresceu 9% em receita, para R\$ 575,2 milhões. A unidade de Soluções em TIC e BPO encolheu 2,2%, para R\$ 211,9 milhões.

A receita líquida cresceu 5,5%, ara R\$ 606,7 milhões. O EBITDA aumentou 15,8%, para R\$ 165,3 milhões. O lucro líquido ficou 3,1% mais alto, atingindo R\$ 30,1 milhões. O Capex ficou em R\$ 80 milhões, a maior parte gasta em expansão de redes (57%), especialmente para o mercado corporativo.

Em 31 de março de 2016, a dívida bruta era de R\$ 1.356 milhões, 0,7% inferior à apresentada de 31 de dezembro de 2015. A dívida líquida, por sua vez, encerrou o período em R\$ 1.205 milhão, 2,6% maior que a de dezembro de 2015.

O negócio fixo da Algar Telecom registrou receita bruta de R\$ 457,8 milhões no trimestre, 8,1% superior à contabilizada no mesmo trimestre do ano anterior. A evolução reflete a performance positiva dos serviços de dados. A receita bruta do negócio móvel atingiu R\$ 117,4 milhões, um crescimento de 12,3% em relação ao primeiro trimestre de 2015. "O desempenho melhorou tanto por aumento da procura de serviços de voz quanto de dados móveis", diz a empresa.



A Algar Telecom terminou o trimestre com 3,4 milhões de unidades geradoras de receita – uma adição líquida de 271 mil em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento de 8,5% foi impulsionado pelos serviços de telefonia fixa e banda larga, que cresceram 12,7% e 8,4%, respectivamente.

O número de acessos banda larga fixa evoluiu 10,6%, atingindo 438 mil. Ao final

do trimestre, a Companhia tinha 152 mil clientes com planos de ultra banda larga (velocidade acima de 10Mbps), o que representa 35% da base total de banda larga fixa. A banda larga móvel, por sua vez, permaneceu estável, totalizando 104 mil acessos no período. No consolidado, o número de acessos cresceu 8,4% em relação a 2015, e encerrou o trimestre com 542 mil.

Os acessos móveis evoluíram 6% no comparativo anual, totalizando 1.277 mil clientes. O número de clientes pré-pagos aumentou 3,5%, passando de 917 mil em 2015 para 948 mil no em 2016, estimulados pelo plano com pacote de dados de 50MB. Os pós-pagos, por sua vez, cresceram 14,1% no período e alcançaram 329 mil. A receita média por usuário (ARPU) do 1T16 foi de R\$ 21,32.

O número de usuários do serviço TV por assinatura reduziu 11,9% em relação ao registrado ao final do 1T15. A empresa diz que o resultado decorre de "um maior foco em ofertas com maior ticket médio".



Resumo de Notícias

05/05/2016 - Vermelho

Pedalada de Alckmin gerou calote de R\$ 332,7 milhões no Metrô

Numa espécie de "pedalada fiscal", o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), usou dinheiro do Metrô, um estatal, para pagar obrigações contratuais à concessionária ViaQuatro, que opera a Linha 4-Amarela do Metrô. Diferentemente do que fez o governo federal - que atrasou o repasse de recursos a bancos públicos, mas ressarciu em seguida tais instituições, sem que houvesse prejuízos para elas - a manobra de Alckmin resultou em um calote no Metrô de R\$ 332,7 milhões entre 2011 e 2014.

De acordo com reportagem da Folha de S.Paulo, a dívida só foi reconhecida pela gestão Alckmin em acordo firmado com a empresa pública em outubro do ano passado. "Mas a negociação resultou em perdão da dívida, que teve que ser absorvida pelo Metrô como prejuízo em meio à grave crise financeira enfrentada pela empresa", diz o jornal.

Apesar da manobra fiscal praticada pelo governador ser mais grave que as acusações que recaem contra a presidenta Dilma Rousseff no processo de impeachment, Alckmin é a favor do afastamento da petista.

Em 2015, o Metrô teve prejuízo de R\$ 93,3 milhões. O déficit corresponde ao valor que o governo deveria ter pago ao Metrô a título de compensação tarifária, como nos casos de passageiros gratuitos ou integração com outras linhas, mas que acabou sendo usado para ressarcir a ViaQuatro desde o início da operação plena da Linha 4, em 2011.

Esse dinheiro é depositado pelo governo na Câmara de Compensação na qual a concessionária tem "prioridade" no saque dos recursos. Se o saldo é insuficiente para cobrir todo déficit tarifário, é o Metrô, e não a concessionária, que fica sem receber. O Metrô já havia colocado os R\$ 332,7 milhões como contas a receber do governo, seu controlador, no balanço de 2014.

Na ocasião, a companhia informou que deveria concluir em 2015 trabalhos, junto com o governo Alckmin, "visando o equacionamento da diferença entre a tarifa pública e a tarifa de remuneração contratual, responsável pela menor arrecadação tarifária"

do Metrô.

No dia 30 de outubro de 2015, o governo e o Metrô assinaram um termo de acordo visando a recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga à ViaQuatro e a venda de passagens (tarifa pública). Mas ao invés de receber os R\$ 332,7 milhões, o Metrô, controlado pelo governo, teve que lançar o montante como "perda da companhia". Ou seja, ficou acertado que o Metrô não receberia mais os R\$ 332,7 milhões e que o Estado, a partir de então, "reconhece a responsabilidade pelo equacionamento dos efeitos suportados pelo Metrô".

Enquanto o Metrô, assim como a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), recebe a tarifa paga pelos usuários (R\$3,80), a concessionária privada recebe a tarifa de remuneração por passageiro transportado, que é corrigida anualmente pelo índice de inflação, conforme previsto em contrato. Isso fez com que o valor repassado à ViaQuatro por passageiro ficasse maior do que a arrecadação do Metrô com a tarifa, que nem sempre é reajustada pela inflação.

Em nota, o Metrô informou que "não há prejuízo ao usuário do Metrô tampouco na qualidade dos serviços oferecidos" com o calote do governo paulista e que "o Estado poderá repassar, a seu critério, as diferenças da arrecadação tarifária". Segundo a companhia, isso poderá ser feito "em caso de problemas na sustentabilidade econômico-financeira da companhia, com possibilidade de mantê-lo até o final da concessão da Linha 4, previsto em acordo entre as partes".



Resumo de Notícias

05/05/2016 - Vermelho

Plano Temer: retorno aos 90 e à privatária, com foco na Petrobras

Temer deixa bem claro que vai realizar um desmonte privatista na maior empresa nacional, a troco de alguns royalties para seus aliados e de 'favores' das gigantes do petróleo. Quem for contra vai sofrer com a mão pesada de um Estado opressor que não dará voz aos trabalhadores

Uma das grandes características de uma ruptura institucional é tentar impor uma agenda impopular, daquelas que não conseguem passar pelo crivo democrático (muito comumente exercido pelo voto), justamente por adotar uma política onerosa para a maior parcela do povo, beneficiando, na esmagadora maioria das vezes, uma pequena parcela da população.

Não é diferente com o golpe que estamos vivendo no Brasil, uma ação rasteira e baixa da plutocracia nacional que não aceitou perder, pela quarta vez seguida, as rédeas da política nacional. E encontrou na manipulação de massa, aliada à insatisfação e à alienação popular, uma saída para colocar de volta a política "bem-sucedida" (para a elite) no liberalismo do PSDB, concentrando renda nas mãos de poucos e voltando a dar privilégios para a classe mais abastada do país.

Não é à toa, portanto, que o PMDB tenha lançado um "plano de governo" cuja análise, além de levar ao passado como se fôssemos o Marty Mcfly, nos faz inferir o desejo latente dos golpistas de voltar às políticas de retrocesso para os pobres – para que a nobreza nacional volte a ter os aeroportos VIPS, serviços baratos em domicílio, se possível trânsito tranquilo sem os carros populares pagos à prestação e, principalmente, muito capital para acumular.

Logo que terminei de ler a peça privatista da Fundação Ulysses Guimarães, me bateu um sentimento saudosista incontrolável e comecei a me imaginar no universo de Dawson's Creek ou Friends, lembrei do Baggio perdendo pênalti, dancei "É o Tchan", vi Forrest Gump pela milésima mais e comecei a cantar "coazón partío" da novela Torre de Babel. Imaginei que o Temer poderia, inclusive, chamar o Marcos Mion

para comentar o plano de governo bem no estilo dos "piores cliques do mundo".

Até mesmo porque, já no começo do documento, por exemplo, temos um elogio explícito aos anos 1990 sobre a renda per capita do brasileiro que cresceu, em média, 2,5% ao ano.

Oras, por mais tucano que alguém possa ser, qualquer um consegue notar que os resultados brasileiros nos anos 2000 são muito superiores aos da década antecessora (quem crê no FHC, acha que ele "plantou" e Lula só colheu. Sim, tem louco pra acreditar em tudo) e, portanto, há de se desconfiar que o documento deixe esses dados de fora.

Mas, obviamente, tal atitude não é à toa. À medida que lemos o documento vamos encontrando uma série de referências aos métodos falidos do PSDB e isso deve preocupar qualquer brasileiro ou brasileira que conheceu as mazelas daquele tempo e sonha com um Brasil mais nacionalista.

E, certamente, nesse grupo nada seletivo (praticamente todo mundo se lascou) podemos incluir a nossa categoria petroleira. Em primeiro lugar, porque Temer deixa claro no plano dele que deverá "enfrentar interesses organizados e fortes, quase sempre bem representados na arena política". Isso mesmo, arena, como se fosse um campo de batalha ou uma refinaria invadida pelo exército, como em 1995.

O clima de guerra também fica claro no parágrafo que pede união "dos brasileiros de boa vontade". Ou seja, se não quiser sair vendendo seu país para o estrangeiro, vai ser reprimido.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/280399-1>



Resumo de Notícias

05/05/2016 - Carta Maior

Afastamento tardio de Cunha evidencia o banditismo do impeachment

Os golpistas tentam mascarar uma fachada limpa do pós-golpe. Afastar Cunha é uma tentativa inútil de higienizar um pouco o chiqueiro do regime golpista.

Ganha uma viagem à lua com direito a um passeio sideral quem descobrir algum motivo que não existia em 15 de dezembro de 2015 e que passou a existir neste 5 de maio de 2016 para o juiz do STF Teori Zavascki finalmente determinar o afastamento de Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados.

Em 15 de dezembro de 2015, o Ministério Público pediu ao STF o afastamento de Cunha, cuja extensa ficha criminal já era de conhecimento público.

Apesar de ser réu na justiça, Cunha não só manteve o mandato parlamentar como foi preservado na Presidência da Câmara dos Deputados para acelerar o golpe de Estado.

A decisão do Teori chegou, portanto, com 125 dias de um atraso que parece ser intencional, deliberado. Neste intervalo de tempo, devido a esta complacência inaceitável, o mandato legítimo conferido à Presidente Dilma por 54.501.118 votos foi alvejado por um golpe de Estado perpetrado por uma "assembléia geral de bandidos comandada por um bandido chamado Eduardo Cunha", como relatou a imprensa internacional.

No artigo "o STF na engrenagem golpista", dissemos que a cumplicidade ativa – ou a cumplicidade por acovardamento – do STF com o golpe prova que a justiça não só tarda, mas também falha. No caso do impeachment sem crime de responsabilidade, o resultado da falha da justiça não é apenas a injustiça, mas é um golpe contra a Constituição e contra o Estado Democrático de Direito. O STF é parte da engrenagem golpista. Alguns juízes que integram a Suprema Corte atuam partidária e ativamente em favor da dinâmica golpista. Outros juízes, ainda que não atuem aberta-

mente pelo golpe, porém com seus silêncios, imobilismos e solenidades, também favorecem a perpetração do golpe.

A decisão do juiz Teori, que em dezembro de 2015 seria saudada e festejada como a afirmação da ordem jurídica e da moralidade pública, infelizmente é recebida neste 5 de maio de 2016 com um misto de decepção, nojo e descrença nas instituições.

Cunha deveria ter sido afastado, cassado e condenado à prisão há muito tempo. Contudo, deixaram-no livre para destruir o bem mais valioso de uma democracia, que é o mandato popular de Presidente da República.

O afastamento dele, ocorrido somente hoje, e sem evidências diferentes daquelas que já existiam previamente, é mais uma prova de que a aprovação do processo de impeachment da Presidente Dilma não passou de um ato de banditismo comandado por um bandido.

O mundo inteiro sabe que está em andamento um golpe de Estado no Brasil; que o impeachment é um atentado contra a Constituição e o Estado Democrático de Direito.

É por isso que os golpistas tentam, desesperadamente, mascarar uma fachada limpa do pós-golpe. Afastar Cunha é uma tentativa inútil de higienizar um pouco o chiqueiro do regime golpista.

Com a iminência de completarem a farsa do impeachment no Senado, os golpistas têm pressa em se livrar do fardo chamado Eduardo Cunha para diminuir o constrangimento do principal sócio dele na empreitada golpista, o conspirador Michel Temer.